



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL**

PORTARIA Nº 248, DE 14 DE JUNHO DE 2016.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da [Constituição Federal](#), e:

a) considerando o rol de atribuições elencado os arts. 127 e 129 da [Constituição Federal](#)

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b e art. 7º, I, da [Lei Complementar nº 75/93](#);

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na [Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público](#)

Converte o Procedimento Preparatório autuado sob o nº 1.16.000.001962/2015-55 em Inquérito Civil, tendo por objeto, em atendimento ao contido no art. 4º da [Resolução CNMP nº 23/2007](#), a apuração do(s) fato(s) abaixo especificados:

OBJETO: Possíveis irregularidades envolvendo o Banco Daycoval relacionadas com a não disponibilização de agência bancária para que cliente possa pagar as suas dívidas. Representante alega que o referido banco estaria impondo uma série de regras a serem cumpridas antes que o cliente efetue o pagamento, fazendo com que este fique dias pagando juros mesmo estando com o dinheiro em mão. Reclama, ainda, que o Banco Daycoval descumpra o contido no artigo 17 do [Decreto nº 6.523/2008](#).

REPRESENTANTE: ANÔNIMO

ENVOLVIDO: BANCO DAYCOVAL

Determina a publicação desta Portaria no mural de avisos da Procuradoria da República no Distrito Federal, nos termos do que prevê o art. 7º, IV, da [Resolução CNMP nº 23/2007](#).

Ordena, ainda, que seja comunicada a Egrégia 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal a respeito do presente ato, para conhecimento e publicação.

Manda, por fim, que sejam realizados os registros de estilo junto ao sistema de cadastramento informático.

FREDERICK LUSTOSA DE MELO

Procurador da República

Este texto não substitui o [publicado no DMPF-e, Brasília, DF, 17 jun. 2016. Caderno Extrajudicial, p. 133.](#)

MPF
Ministério Público Federal